

A história da educação militar em perspectiva: formação dos oficiais da Academia Militar das Agulhas Negras (1989-2018)


The history of military education in perspective: training of officers at the Agulhas Negras Military Academy (1989-2018)

Resumo: O artigo objetiva apresentar uma breve análise sobre mudanças na estratégia educacional que impactaram a maneira de ser e de pensar dos militares formados pela Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN) ao longo dos últimos 30 anos. Para isso, a pesquisa contou com o acesso aos documentos internos do Exército Brasileiro (EB) e entrevistas. Os antecedentes político-históricos que contribuíram para o planejamento e execução de novos setores na AMAN em 1989, são o ponto de partida para as mudanças estruturais e curriculares no EB. Os resultados apontam para a aplicabilidade de uma disciplina voltada para os direitos humanos e a gradual mudança no tratamento entre oficiais e cadetes. O recorte conta com a atuação do Ministério da Defesa na condução do que a elite castrense mudou na preparação da jovem oficialidade no contexto da democracia brasileira.

Palavras-chave: Educação militar; Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN); Elite castrense.

Abstract: This article aims to present a brief analysis of changes in educational strategy that have impacted the way of being and thinking of the military personnel trained by the Agulhas Negras Military Academy (AMAN) over the past 30 years. For this, the survey had access to classified documents of the Brazilian Army (EB) and interviews. The political-historical backgrounds that contributed to the planning and implementation of new sectors in the AMAN in 1989 are the starting point for structural and curricular changes in the EB. The results point to the applicability of a course focused on human rights and the gradual change in treatment between officers and cadets. The focus of this article is the role of the Ministry of Defense in conducting what the military elite changed in the preparation of young officers in the context of Brazilian democracy.

Keywords: Military education; Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN); Military elite.

Fabio da Silva Pereira* 

Universidade Salgado de Oliveira.

Programa de Pós-graduação em História (PPGH) Niterói, RJ, Brasil.

Université de Poitiers. Centre d'études supérieures de civilisation médiévale (CESCM) Poitiers. France.

fabio.pereira@fgv.br

fabio.da.silva.pereira@etu.univ-poitiers.fr

Recebido: 07 out. 2021

Aprovado: 05 jul. 2022

COLEÇÃO MEIRA MATTOS

ISSN on-line 2316-4891 / ISSN print 2316-4833

<http://ebrevistas.eb.mil.br/index.php/RMM/index>



* O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001

1 Introdução

A iniciativa deste estudo partiu de uma revisão bibliográfica, uma pesquisa documental, a análise de materiais didáticos empregado a partir de 1989, e a realização de entrevistas. O foco documental centrou-se na análise de relatórios do antigo Ministério do Exército e Ministério da Defesa¹, nos boletins internos da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN)² e do Departamento de Ensino e Pesquisa (DEP). Foram realizadas entrevistas sobre as alterações na narrativa durante o processo de formação na AMAN, entre 1989 e 2018.

Embora os principais valores que norteiam a idealização desse perfil vigorem por força de lei desde 1980³, o intuito é elucidar aspectos ainda pouco conhecidos dos instrumentos e estratégias que alteraram o perfil militar dos oficiais que se formaram na AMAN⁴ com o foco no ano de 1989. Nesse ano, a AMAN praticamente dobrou a sua estrutura física e administrativa, com a inauguração de uma série de instalações permanentes: o Conjunto Principal II, a sede do Curso Avançado, e o Polígono de Tiro Guilherme Paraense, mais conhecido como a “Seção de Tiro”.

Essas obras compunham parte de um portfólio estratégico do Exército – a Força Tarefa 90 (FT-90) – um conjunto de projetos que permitiram ao longo de quase trinta anos ampliar e oferecer o suporte para a formação de um militar mais voltado às atividades profissionais.

Na mesma época, outros fatores caminhavam em paralelo à conjuntura nacional de transição do governo Figueiredo para a democracia. Para Martins Filho (2007, p. 10), no plano regional, a Guerra das Falklands / Malvinas, ocorrida em 1982, propiciou novos ensinamentos no campo militar e contribuiu para o processo de distensão entre Brasil e Argentina, que já se esboçava. Adicionalmente, a estrutura militar brasileira era bastante semelhante ao dos vizinhos argentinos⁵. Em consequência, os resultados político-militares⁶ do conflito no sul do continente motivaram a transformação do Exército Brasileiro (EB) na década de 1980 (ALVES; CAMPOS, 2012).

1 O Ministério do Exército mudou para o Comando do Exército em 1999, com a criação do Ministério da Defesa.

2 A Academia Militar das Agulhas Negras – AMAN, como estabelecimento de ensino superior militar, é herdeira da tradição bicentenária da formação do oficial subalterno e do capitão não aperfeiçoado da linha de ensino militar bélico do Exército Brasileiro, inicia a formação do chefe militar (BRASIL, 2011a). O militar formado na AMAN é equiparado à formação universitária e recebe o diploma de bacharel em Ciências Militares, em consonância com a Lei de Ensino do Exército (BRASIL, 1999).

3 Estatuto dos Militares (E1) – Lei nº 6880, de 9 de dezembro de 1980 (BRASIL, 1980).

4 Quando foi convocado pelo Ministro do Exército Leônidas Pires Gonçalves, o Coronel do Quadro de Engenheiros Militares (QEM) – formado pelo Instituto Militar de Engenharia - Cláudio Meirelles Santos manifestou parecer do ministro de que nada deveria ser feito sem um profundo estudo para, não apenas ampliar, mas também adequar a AMAN, para que os cadetes tivessem o mesmo padrão das modernas faculdades, com uso de computadores, vídeos etc. Que deveria ser dada uma solução que lhe possibilitasse ser, como a primeira, orgulho dos que por lá passaram, agregando valores para mais 50 anos de utilização e, ainda, mantendo uma lembrança de seus tempos de glória (VELLOSO, 2010).

5 No Brasil de 1982 vigia ainda o governo militar, sob a presidência do general João Baptista Figueiredo. Guerras eram temas que naturalmente recebiam atenção especial do governo. Seu Exército era, até os anos 1970, o adversário tradicional nas hipóteses de emprego e jogos de guerra elaborados pelas escolas militares brasileiras. Seu equipamento e doutrina eram muito semelhantes ao do Exército brasileiro. A mesma inclinação para a guerra contrainsurgente, às expensas do preparo para a luta convencional, era encontrada. Parece lógico pensarmos o governo e o Exército brasileiros como atentos observadores do conflito (ALVES; CAMPOS, 2012).

6 Por exemplo, a guerra revelou a impotência da Organização dos Estados Americanos (OEA) e do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR). Conforme demonstraram a inoperância desses instrumentos durante a guerra e o apoio ostensivo dos Estados Unidos ao seu aliado britânico, tais organizações eram funcionais somente quando respondiam aos interesses da superpotência do norte. A diplomacia brasileira ficou atenta a essa lição (CERVO; BUENO, 2002).

Nesse contexto, o general Walter Pires (1979-1985) e, sucessivamente o general Leônidas Pires Gonçalves (1985-1990), determinaram ao Estado-Maior do Exército (EME) que planejasse a reestruturação da Força, proporcionando a continuidade do projeto que estava em andamento desde os anos 1960 (PEDROSA, 2018), porém com um direcionamento focado no panorama dos anos 1980, onde a Guerra das Falklands / Malvinas teve uma influência importante. Dessa maneira, no ano de 1984 surgiu, no âmbito do EME⁷, o Sistema de Planejamento do Exército - SIPLEX⁸. Esse plano perdura, com adaptações, até a contemporaneidade⁹.

A formação profissional dos oficiais da linha de ensino militar bélico (LEMB) é o principal fio condutor da carreira dos futuros comandantes do Exército Brasileiro (EB). Nos últimos trinta anos o sistema educacional do EB, em especial o Departamento de Ensino e Pesquisa (DEP)¹⁰ lançou um grande desafio ao tentar avaliar de forma objetiva as atitudes e os valores militares revistos no Estatuto dos Militares. O ano de 1989 também trouxe contribuições para o campo teórico da História. Nesse mesmo ano surge a História do Tempo Presente (HTP) na França, em que Pieter Lagrou é um dos seus maiores colaboradores. Apesar do Instituto de História do Tempo Presente (IHTP) ter sido criado na década de 1970, Timothy Garton Ash publicou um livro chamado “The History of the present” (ASH, 1999) onde defende a prática de uma história recente, feita de entrevistas com os protagonistas e de *full immersion* nos acontecimentos (PÔRTO JÚNIOR, 2007).

Na AMAN, essa diretriz refletiu-se, adicionalmente, na ampliação de sua estrutura física (obras iniciadas em 1987 e inauguradas em 1989), praticamente dobrando a capacidade de formação de oficiais, com o objetivo de, no futuro, fazer frente ao aumento de efetivos que se vislumbra nos Projetos FT-2000 e FT-21. A AMAN é o estabelecimento de ensino militar responsável pela formação da maior parte da oficialidade de carreira do Exército Brasileiro. Na Academia são desenvolvidos nos cadetes os principais valores da cultura organizacional da Força Terrestre, que serão cultivados ao longo de toda a carreira do oficial. Seus cursos, desde 1964, possuem quatro anos de duração, dividindo-se em duas fases: Curso Básico¹¹ e Cursos das Armas. São sete as especialidades ali conduzidas: Infantaria (Inf), Cavalaria (Cav), Artilharia (Art), Engenharia (Eng), Comunicações (Com), Material Bélico (MB) e Intendência (Int). O ensino na AMAN contempla duas grandes áreas: Ensino Fundamental (disciplinas ditas “universitárias”, nas áreas de Ciências Exatas e Ciências Humanas, para todos os cursos) e Ensino Profissional (disciplinas militares, comuns e específicas de cada curso).

7 O Estado-Maior do Exército é o órgão de direção geral (ODG) da Força Terrestre, responsável por coordenar a ação de todos os setores do EB.

8 O SIPLEX é o conjunto de medidas e ações do Estado, com ênfase na expressão militar, para a defesa do território, da soberania e dos interesses nacionais contra ameaças preponderantemente externas, potenciais ou manifestas (BRASIL, 1984b).

9 Segundo Kuhlmann (2007) a possibilidade de adaptações já fazia parte do sistema, desde o início.

10 Desde o ano de 2009, o DEP passou a se chamar Departamento de Educação e Cultura do Exército (DECEX).

11 De 1964 a 1976, o Curso Básico abrangia os dois primeiros anos; de 1977 a 1987 foi reduzido a um ano e, em 1988, retornou à conformação anterior de dois anos. Além de concentrar disciplinas ditas “básicas”, tanto no Ensino Fundamental como no Profissional permite um período de convivência e conhecimento mútuos, objetivando um melhor relacionamento interpessoal futuro, visto que os cadetes serão mais à frente divididos em armas / serviços distintos.

A fim de viabilizar a consecução da pesquisa em questão, foram pesquisados documentos internos da AMAN, tais como os boletins internos (BI AMAN). No que diz respeito à metodologia, o presente trabalho está baseado nas contribuições de José D' Assunção Barros (2013). Para a história oral, foram consultadas as obras de Ferreira e Amado (2006), Alberti (2013) e Cardoso e Vainfas (2012). Foram consultados, ainda, publicações referentes à ética castrense no Portal de Periódicos da Capes. Os militares e ex-militares entrevistados assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), que, por sua vez foram enviados ao Comitê de Ética da Universidade Salgado de Oliveira (UNIVERSO). Os textos passaram por uma análise discursiva (MAINGUENEAU, 2008). Portanto, o presente artigo está de acordo com as seguintes classificações: quanto ao tipo de pesquisa (ou objetivo), trata-se de uma pesquisa aplicada, e, no que diz respeito aos procedimentos metodológicos, constitui-se num estudo de caso fundamentado em revisão bibliográfica e pesquisa documental.

2 Desenvolvimento

A formação dos oficiais em perspectiva da linha de ensino militar bélico

A socialização dos oficiais da LEMB inicia antes mesmo da entrada nos portões acadêmicos. Os rígidos processos seletivos estabelecidos em editais fazem a verificação da situação social dos candidatos, através da comprovação de não possuir antecedentes criminais no cadastro nacional de segurança pública. Uma vez aprovado, o “ainda” candidato é submetido às noções básicas da cultura institucional durante o período de adaptação, de aproximadamente quinze dias¹². Neste momento inicial, são distribuídos os manuais, dos quais se destacam o Estatuto dos Militares¹³ (BRASIL, 1980), o Regulamento Interno dos Serviços Gerais¹⁴ (BRASIL, 2003) e o Regulamento Disciplinar do Exército¹⁵ (BRASIL, 2002). Após um ano de ensino preparatório na EsPCEx, uma vez aprovado, o aluno poderá ingressar a AMAN.

O processo também envolve o desenvolvimento de outros valores morais que deverão nortear suas ações não só ao longo de sua carreira, mas ao longo de sua vida, enquanto forem considerados militares, mesmo não estando mais no serviço ativo. A busca desses valores é orientada pela “ideia predominante” de honra, que deve acompanhar o militar e promover condutas que o levem a ser considerado digno do oficialato e da defesa da pátria. Para Rosinha e Andrade Júnior (2020) as forças armadas preparam os jovens para o exercício do papel de defesa e segurança em um contexto social em constante transformação e funcionam pela ideologia, simultaneamente para

12 Com exceção de alguns concursos esporádicos de ingresso imediato na AMAN (2004 e 2011), a entrada na LEMB se dá por meio da aprovação na EsPCEx. Nesse estabelecimento de ensino, o aluno aprende em um ano as noções básicas da profissão militar e faz contato com os integrantes da AMAN.

13 O presente Estatuto regula a situação, obrigações, deveres, direitos e prerrogativas dos membros das Forças Armadas (BRASIL, 1980).

14 O Regulamento Interno dos Serviços Gerais (R – 1 ou RISG) prescreve tudo que se relaciona com a vida interna e com os serviços gerais das unidades consideradas corpos de tropa, estabelecendo normas relativas às atribuições, às responsabilidades e ao exercício das funções de seus integrantes (BRASIL, 2003).

15 O Regulamento Disciplinar do Exército (R-4 ou RDE) tem por finalidade especificar as transgressões disciplinares e estabelecer normas relativas a punições, comportamento militar das praças, recursos e recompensas (BRASIL, 2002).

assegurar a sua própria coesão e reprodução dos valores que projetam no exterior. Não há aparelho puramente ideológico, mas a “escola, seja ela civil ou militar, é um espaço dinâmico político por excelência” (PALMA ROSINHA; ANDRADE JÚNIOR, 2020, p. 132).

De acordo com o artigo 36 do Regulamento da Academia Militar das Agulhas Negras os cursos da AMAN têm, ainda, por objetivo formar uma personalidade militar básica, com estrutura ética sólida e forte desenvolvimento atitudinal, tudo de acordo com o perfil profissional estabelecido pelo Estado-Maior do Exército (BRASIL, 2014). Dênis de Miranda (2019) verificou em sua tese de doutorado que a formação ética militar seria o aperfeiçoamento dos padrões éticos e morais propostos na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) (BRASIL, 1996). Para Miranda, o desenvolvimento do pensamento estruturado que carrega similaridade com o que a LDBEN chama de pensamento crítico. Essa construção aparece no texto militar como um comportamento que o Exército valoriza nos concludentes das suas modalidades de ensino (MIRANDA, 2019). Ressalta-se que, de acordo com o artigo 35 da LDBEN, a formação ética tem o seu ponto focal durante o ensino médio (BRASIL, 1996), sem qualquer menção ao ensino superior. Contudo, as derivações do eixo estruturante castrense são estimuladas com a finalidade de que os valores militares sejam espontaneamente manifestados ao fim do processo de ensino.

Para operacionalizar a reprodução dos valores esperados em um ambiente de transformações cada vez mais rápidas, foram evidenciadas tensões entre a ruptura das estratégias de ensino e a continuidade das tradições solidificadas ao longo do tempo. Sueli Magalhães compartilhou algumas das dicotomias que tornaram o Processo de Modernização do Ensino (PME) no final dos anos 1990 e início dos anos 2000 um grande desafio:

Esta atualização do ethos militar do ensino ocorreu em favor de uma racionalidade pedagógica centrada em valores e categorias de análise completamente opostas: ao invés da subordinação absoluta do indivíduo ao grupo e à Instituição (holismo), a ponderação das necessidades emocionais e cognitivas dos educandos; ao invés do primado irrisório da hierarquia, a menção a critérios racionais-legais de exercício de liderança; no lugar da onipresença do ascetismo radical, a defesa da utilização eventual do princípio da aprendizagem prazerosa (MAGALHÃES, 2010, p. 2).

Em consonância, Celso Castro (2004) lista uma série de atributos que, em sua pesquisa, aparecem valorizados pelos cadetes e que, nessa perspectiva, são considerados complementares e necessários para o exercício da conduta honrosa, tais como: seriedade, profissionalismo, competência, maturidade, disciplina e ordem. É interessante notar que esses valores devem resultar em “conduta moral e profissional irrepreensíveis”, conforme estabelece os deveres militares relacionados com a ética (BRASIL, 1980). São, portanto, valores cuja busca é incentivada e que devem resultar em ações e atitudes regulamentadas por estatutos de aplicação interna à corporação. Além disso, o cultivo desses valores deve, também, estabelecer uma diferença comportamental evidente entre militares e civis, culminando com um afastamento do militar do mundo civil.

A percepção dos atributos militares como exemplos de verdadeiros valores éticos e morais, bem como o sacrifício pela pátria, permeou um discurso do general Antônio Hamilton Martins Mourão por ocasião das comemorações do cinquentenário da morte do sargento Argemiro de Camargo, vítima de uma emboscada guerrilheira em 1965. Segundo Zatta e Vannini (2018), o discurso do general reafirma a visão militar sobre a “Redentora” (o movimento de 31 de março de 1964), além de deixar subentendida a ideia de que o Exército brasileiro salvou o país de uma ditadura comunista. Ainda, segundo esses autores, o ano de 2015 marcou a retomada do discurso institucional com posicionamento político favorável ao Regime Militar (1964-1985) (ZATTA; VANNINI, 2018).

Ademais, o uso do uniforme e suas insígnias passam a figurar a rotina dos candidatos a aluno em uma escola militar, onde este é avaliado pelos três documentos ora citados. No caso do discente em um curso de formação da LEMB, os ornamentos criados revestem-se de uma atenção especial. Isto porque alguns uniformes foram confeccionados especificamente para esse fim.

No primeiro ano da AMAN, o então cadete¹⁶ veste o uniforme histórico denominado de “Azulão”. Adicionalmente, na semana do soldado, o cadete recebe o espadim, uma cópia reduzida da espada que o Duque de Caxias recebeu por seus serviços prestados ao Exército e ao Império do Brasil. A data é celebrada nas imediações do dia 25 de agosto, data de aniversário de Luís Alves de Lima e Silva¹⁷. Cabe destacar a atuação do Coronel José Pessoa Cavalcanti de Albuquerque na mudança no perfil da carreira da LEMB. Segundo Celso Castro:

Com a criação do Corpo de Cadetes, o aluno matriculado na Escola passava a ser considerado parte de uma entidade coletiva [...]. O principal controle de que os novos preceitos disciplinares seriam seguidos deveria ser a consciência dos próprios cadetes, através da criação do que José Pessoa chamou, em sua autobiografia, de “um novo estado psicológico”, que tornaria cada um “escravo da sua dignidade pessoal” [...]. Cada cadete era prisioneiro de si mesmo. E podemos afirmar, não havia prisão mais sólida. O objetivo principal era, portanto, atingir “a alma e o coração” dos jovens candidatos a oficial. Por isso, suas mais importantes iniciativas – e as mais duradouras – foram no plano simbólico [...]. Em primeiro lugar, os uniformes dos cadetes foram mudados [...]. Foi solicitado o auxílio do artista José Washt Rodrigues para criar o novo plano de uniformes. Adotaram-se uniformes militares do Império, principalmente da campanha de 1852 contra Rosas¹⁸: barretina, cordões com palmatórias e borlas, charlateiras

16 O cadete, título de origem nobiliárquica, colocado em desuso no início do período republicano, ganhou novos contornos. Em 25 de agosto de 1931, foi criado pelo Coronel José Pessoa o “Corpo de Cadetes”, em cerimônia à qual estiveram presentes, entre outras autoridades, o Presidente da República Getúlio Vargas (CASTRO, 2002, p. 42).

17 Luís Alves de Lima e Silva – o Duque de Caxias – é o patrono do Exército Brasileiro. Nascido em 25 de agosto de 1803, sua trajetória na carreira das armas é alvo de destaque perante os feitos militares e políticos dentro e fora do Império do Brasil. Como resultado, foi eleito com o título de Duque, segundo na escala nobiliárquica. A partir de 1923, a data de seu nascimento passou a ser comemorada, com maior relevância, até receber a alcunha de dia do Exército. Atualmente, o dia 25 de agosto é comemorado como o dia do Soldado, acompanhada de ritos específicos como formaturas militares, a cerimônia do juramento à bandeira nacional e o compromisso do espadim para os cadetes do primeiro ano da AMAN.

18 Juan Manuel de Rosas governou a Confederação Argentina entre 1835 e 1852, sendo derrotado pelas tropas lideradas por Caxias na Batalha de Monte Caseros, em território argentino, em 3 de fevereiro de 1852. Esse foi o único fato histórico em que as principais potências do continente sul-americano, Argentina e Brasil, se enfrentaram militarmente e seu resultado influenciou na escolha do uniforme dos cadetes da AMAN.

de palma e palmatória escarlate e emblema simbólico para a cobertura. A cor predominante passava a ser turquesa. O elemento mais importante passava a ser o espadim (CASTRO, 2002, p. 42-43).

Em consequência da atenção dada à criação de novos dispositivos e artefatos, o cadete passou a receber um tratamento mais rígido, sob um controle mais fechado. O sociólogo Erwin Goffman¹⁹ afirma que a influência recíproca acontece quando os parceiros exercem sobre as suas ações respectivas, presenças físicas uns nos outros. Na educação militar, ocorre o processo de socialização mais intenso e longo de toda a formação técnica e superior.

O regime de internato, com mais de 10000²⁰ (dez mil) horas de aula ou instrução de disciplinas profissionais, é dividido por meio de manobras militares e exercícios de campo. Este longo período de, no mínimo, cinco anos ininterruptos, é considerado um sistema de isolamento comparado com uma “bolha” ou “um mundo à parte” (CASTRO, 1990). Mais tarde, o autor classificaria a Instituição castrense como “totalizante”²¹ (CASTRO, 2007) ao invés de total, em referência ao estudo do canadense Erwin Goffman (1971), em atenção a detalhes colhidos através da observação participante desenvolvida entre os anos de 1987 e 1988, na AMAN.

Quadro 1 – Diferenças entre a instituição total (Goffman) e a instituição totalizante (Castro)

Goffman (1971)	Castro (2007)
Nas instituições totais, não se busca uma “vitória cultural” sobre o internado, mas a manutenção de uma tensão entre seu mundo doméstico e o mundo institucional. Essa tensão persistente é usada como “uma força estratégica no controle de homens	Numa academia militar busca-se justamente uma “vitória cultural” e não criar uma “tensão persistente”: a academia é claramente vista como um local de passagem, um estágio a ser superado.
Existe uma divisão rígida entre a equipe dirigente e os internos.	Inexiste uma divisão rígida entre “equipe dirigente” e “internos” (<i>inmates</i>). Na cadeia de comando militar não há uma separação da mesma natureza.
Trata principalmente dos estabelecimentos de participação compulsória (prisões e manicômios).	Numa academia militar, só fica quem quer.

Fonte: Adaptado de Castro (2007).

19 No caso das instituições totais descritas por Erwin Goffman (1971), relacionadas à vida fechada e com horários definidos, é possível analisar alguns aspectos. Desde a hora de acordar, a “alvorada”, até a hora de dormir, também chamado de “silêncio”, é norma comum nas escolas de formação militar, em particular na AMAN, e suas congêneres, nas outras FFAA. Essas etapas são fases das atividades diárias programadas dentro de linhas estreitas, representando uma atividade conduzida no tempo predisposto para a próxima (GOFFMAN, 1971, p. 305).

20 Currículo da Academia Militar das Agulhas Negras (BRASIL, 2016).

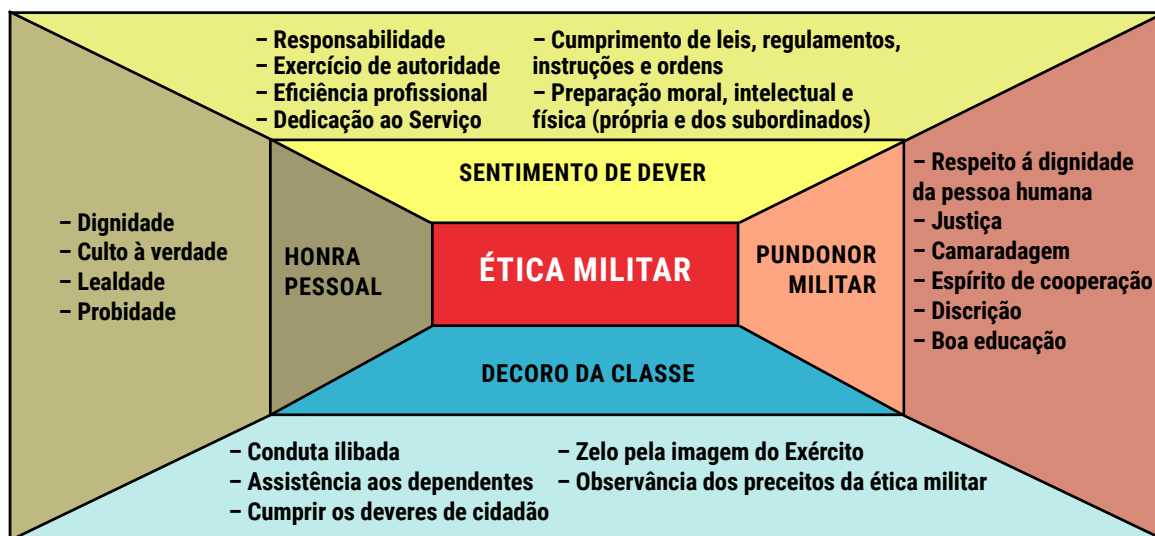
21 Castro refere-se à palavra “totalizante” para qualificar o ato de atribuir um caráter total (CASTRO, 2007, p. 5). O discurso aponta para um mundo diferenciado entre os “paisanos” e os “militares”, em que os cadetes percebem-se em um processo “diferenciado” do que ocorre nos estabelecimentos de ensino superior civis.

O código de honra do cadete inicializa o militar no desenvolvimento de quatro deveres fundamentais: a verdade, a lealdade, a probidade e a responsabilidade (BRASIL, 2014, p. 24). Porém, o Vade-Mécum de Cerimonial Militar do Exército – Valores, Deveres e Ética Militares (BRASIL, 2002a) lista e categoriza, desses quatro deveres, somente dois: a lealdade e a probidade.

O resultado é a fusão de inúmeros conceitos, que nem sempre são estritamente definidos e alguns até mesmo redundantes, os quais o cadete é submetido durante a formação de cinco anos. Como exemplo, observa-se na figura abaixo a repetição do item “Cumprimento dos deveres de cidadão” (Decoro da classe), sem que houvesse uma instrução sequer sobre a abrangência do tema. Outro fator está ligado a “Observância dos preceitos da ética militar” dentro do próprio diagrama instrucional, redundando à observação como elo comunicativo.

Dessa forma, o item exercício da autoridade e a eficiência profissional carecem de explanação situacional, deixando a questão estritamente aos manuais e regulamentos. Para atenuar as situações diversas os quais os cadetes são avaliados, o sistema de educação militar vem buscando contextualizar situações as quais o futuro oficial venha a enfrentar no exercício do comando de pequenas frações, sendo ainda um objetivo a ser alcançado, mesmo depois de dois grandes projetos de ensino. A verdade e a responsabilidade estão inseridas no plano da ética militar, mas não possuem uma definição institucional específica. Adicionalmente, o Vade-Mécum possui outros enunciados que carecem de significado objetivo, conforme a figura abaixo:

Figura 1 – Diagrama sobre a Ética Militar



Fonte: Brasil (2002b, p. 10).

Os deveres adicionais listados nesse documento são o resultado da mudança gradual no “perfil do militar desejável” para atender às políticas públicas sob o contexto democrático. Por definição, as políticas públicas são o campo de conhecimento que busca, ao mesmo tempo, “colocar a instituição em ação” e analisar essa ação e, quando for necessário, propor mudanças

(SOUZA, 2015, p. 111-112). O objetivo é interferir na percepção de relevância perante a sociedade e perante os comandantes militares, inspirando crédito e confiança para legitimar as lides castrenses diante das transformações do cenário político.

Oliveira (1994) discorre sobre a crise de identidade da razão da existência do aparelho militar, em que as tensões com a Argentina estariam superadas após a criação do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) e a inexistência da bipolaridade entre capitalistas e socialistas após a queda da União Soviética, em 1991. A reavaliação educacional castrense culminou com a criação do Grupo de Trabalho para o Estudo da Modernização do Ensino (GTEME), de acordo com Portaria nº 26, de 6 de setembro de 1995 (BRASIL, 1995). Tal perspectiva foi um importante passo no pensamento militar, porque, por um lado, representou o cerne da mudança doutrinária voltado para as ações que estavam acontecendo naquele momento em todo o mundo. O general Carlos Alberto Pinto Silva faz um breve panorama desse novo cenário:

As ameaças globais, na atual conjuntura, estão se alterando celeremente: guerra cibernética; guerra da informação; guerra psicológica e operações clandestinas; influência e interferência em eleições; armas de destruição em massa e sua proliferação; terrorismo, contra inteligência e tecnologias destrutivas; ameaças à competitividade econômica; e crimes transnacionais são apenas alguns dos recursos largamente empregados, de modo conjugado, como alternativas não-militares, visando a complementar, apoiar, ampliar e, sobretudo, a evitar uma confrontação formal, e desgastar as forças políticas, econômicas, sociais, informação militar e a infraestrutura de comando e controle de forças opositoras (SILVA, 2019, n.p).

O general classificou essa ordem atual como “Guerra de nova geração”, caracterizada por presença de Estados e grupos não estatais, pelo aumento considerável do poder de entidades pequenas, mas marcadas pela lealdade cega à sua causa, que extrapolam qualquer fronteira internacional e desafiam o poder das grandes nações. Nesse propósito, as pequenas frações militares²² receberam uma pesada responsabilidade na tomada das decisões em um ambiente incerto.

O cenário implica na constante necessidade de mudança e de previsão, diferente do panorama anterior, em que a formação de um exército estava voltada quase que exclusivamente para a defesa perante uma agressão estatal externa, seja por um país, seja por uma coalizão de Estados nacionais, como era o caso do período da Guerra Fria (1947-1991).

Por um lado, EB empregou, gradativamente, os conceitos das “Ações Subsidiárias”²³ às escolas militares por meio de alterações curriculares. Por outro lado, a equipe do EME trabalhou no sentido de buscar autonomia na legislação do ensino castrense visando o atendimento de suas peculiaridades, buscando um caminho específico de integração da educação civil e militar, con-

22 As pequenas frações destacadas são: a Esquadra – grupo de quatro militares comandados por um cabo; o Grupo de Combate – composto por nove militares, comandado por um terceiro-sargento; o Pelotão – comandado por um aspirante-a-oficial ou tenente, com efetivo de 36 a 50 militares.

23 As Ações Subsidiárias, assim como eram chamadas naquela década de 1990, eram as novas missões que estavam sendo conferidas aos militares, no cenário mundial, após a década de 1980, como o combate ao narcotráfico e ao crime organizado, as missões de paz da ONU e as ações de cunho humanitário.

forme previsto pelo artigo 83 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1996). Magalhães (2010) afirmou que durante a implantação do PME teria contribuído para a suavização da tendência secular de protagonismo missionário dos militares na vida política nacional, uma vez que esmaeceu as diferenças entre civis e militares. Tal contribuição legitimou valores e conceitos democráticos vigentes na educação nacional e na sociedade brasileira como um todo.

Como resultado desses esforços múltiplos, as leis de ensino militares²⁴ foram aprovadas alguns anos depois, concedendo autoridade educacional para as três forças militares (PEREIRA, 2016). Em entrevista, o ex-ministro do Exército Gleuber Vieira apontou a motivação das mudanças:

Inicialmente, é necessário entender como modernização do Sistema de Ensino do Exército, o processo contínuo de adoção de novo enfoque pedagógico. Segundo esse modelo que se quer adotar, a escola já não pretende ensinar tudo. Seleciona um núcleo de conhecimentos básicos para ministrar a seus alunos. Esses devem participar ativamente do processo ensino aprendizagem, experimentando, pesquisando e trabalhando em grupo, explorando a dúvida e o erro, manifestando seus talentos, usando das técnicas disponíveis na busca e seleção do conhecimento que constroem. Busca-se o sentido holístico da educação do militar, para que ele se capacite a manipular modelos e **interaja com a sociedade a que pertence**. Deve ser flexível e adaptável às novas gerações de tecnologias (VIEIRA, 1999, p. 5-6, grifo do autor).

Esse conceito adaptável ao processo educacional, permitiu inserir os deveres que antes não estavam listados no Estatuto dos Militares. Na lei nº 6.880 de 1980, estão listados somente os valores e os princípios da ética militar, carecendo, dessa forma, dos dispositivos em forma legal para a definição e o exercício das regras. No entanto, as inserções regulamentares escolares²⁵ foram dedicadas a preencher essa lacuna, atribuindo ao cadete novas regras a serem seguidas. Para amalgamar essas inserções, a figura do herói, construído a partir da historiografia patriótica, contribuiu para a formação de uma identidade coletiva.

Tradicionalmente, a História Militar tem sido a história das guerras, campanhas, batalhas e feitos dos grandes generais, bem como o registro de todas as atividades das forças militares na guerra e na paz. O fenômeno da guerra evoluiu de uma dimensão puramente militar para uma dimensão total, no qual as operações militares já não se restringem a um espaço limitado, conhecido como campo de batalha, mas afetam a toda a sociedade.

24 Lei de Ensino da Marinha - Lei nº 11.279, de 9 de fevereiro de 2006; Lei de Ensino do Exército - Lei nº 9.786, de 8 de fevereiro de 1999; e Lei de Ensino da Aeronáutica - Lei nº 12.464, de 4 de agosto de 2011.

25 Além dos conteúdos abordados pelas diretrizes do Comandante ao início do ano escolar e nas formaturas matinais da AMAN, alguns conteúdos procuram oferecer referências à ética castrense, como, por exemplo, o Manual do Aluno da Escola Preparatória de Cadetes do Exército (EsPCEX), o Regulamento da Academia Militar das Agulhas Negras (EB10-R-05.004) (BRASIL, 2014), o Ideário do Educador de Cadetes, editado pelo General Marco Antônio de Farias em 2000, a “Vida de Cadete” do Coronel Nilson Marques de Souza (SOUZA, 2013, p. 108), a carta intitulada “Dia do Cadete” do Coronel Nei Paulo Panizzutti (1998), as Normas gerais de ação (NGA) e nas especificações das Normas para a aplicação das punições disciplinares (NAPD).

A História Militar tradicional tem sido o campo de “militares historiadores”. Em geral, tem pouca acuidade metodológica, pois não resulta do trabalho de historiadores profissionais, mas de aficionados. Tende, portanto, à grandiloquência e à adjetivação excessiva. É basicamente uma história descritiva e busca o ideal de apresentar “os fatos como aconteceram”. Em função dessas características, ficou conhecida depreciativamente nos Estados Unidos como “**História-Batalha**” ou História de “tambores e clarins”. Em função de sua origem não especializada e “corporativa”, tem clara tendência ao mito, ao enaltecimento de figuras históricas e a certa condescendência no julgamento dos fatos e protagonistas (PEDROSA, 2011, p. 2-3, grifo nosso).

Segundo Pereira (2021), a historiografia tradicional passou por críticas por realizar apenas a narração dos fatos “como eles realmente aconteceram”, analisando a História dos líderes e oferecendo uma visão de cima. Adicionalmente, a historiografia tradicional se baseava nos documentos oficiais, vetando metodologias alternativas que contribuiriam para a percepção político-social da época. Ele se converte na descoberta da história como processo de mudança direcional, de desenvolvimento ou evolução.

Diante da realidade avassaladora da transformação, até mesmo pensamento conservador se torna historicista. Uma espécie de historicismo, ou seja, a extrapolação mais ou menos sofisticada e complexa de tendências passadas. Para o futuro, foi o método mais conveniente popular de previsão. A história como “linha mestra da vida”, em que o fenômeno tende a se repetir dadas algumas circunstâncias similares, representa a armadilha para quem pretende escrever e analisar o fenômeno somente baseado em fatos, desconsiderando as influências geográficas e histórico-culturais (PEREIRA, 2021, p. 67).

A enunciação dos valores e deveres militares, inspirados em Caxias reconhecido pelos historiadores por suas atitudes leais ao poder vigente, possuem um papel marcante dentro da instituição castrense. Contudo, a transformação em mito pode trazer problemas na imagem que se deseja transmitir aos soldados. Quando se aprofundam os estudos sobre a origem de Francisco Alves de Lima e Silva, o Duque de Caxias, observa-se que os vínculos familiares estão ligados de forma permanente à instituição castrense, para fins políticos. Souza (2018) descreveu a configuração social com que os pais, avós e tios viveram em um exército nos moldes do “Antigo Regime”, em que, por muito tempo, se reproduziu como uma “força partida”, constituída por uma oficialidade recrutada entre os primeiros escalões da nobreza e uma soldadesca integrada pela escória da população (SOUZA, 2018).

Ao fazer uma breve análise sobre o material didático empregado nas atividades de ensino da AMAN a partir de 1989, verifica-se a abordagem linear e factual dos principais eventos militares em que os patronos, em especial Caxias, participam ativamente. Rémond (1996) faz uma crítica à essa abordagem para a história política. Desejosa de ir ao fundo das coisas, de captar o âmago da realidade, a nova história considerava as estruturas duráveis mais reais e determinantes que os acidentes de conjuntura.

Ora, a história política apresentava uma configuração que era exatamente contrária a essa história ideal. Estudo das estruturas? Ela só tinha olhos para os acidentes e as circunstâncias mais superficiais: esgotando-se na análise das crises ministeriais e privilegiando as rupturas de continuidade, era a própria imagem e o exemplo perfeito da história dita factual, ou *évènementielle* — sendo o termo aí evidentemente usado no mau sentido —, que fica na superfície das coisas e esquece de vincular os acontecimentos às suas causas profundas. Ao privilegiar o particular, o nacional, a história política privava-se, ao mesmo tempo, da possibilidade de comparações no espaço e no tempo, e interditavam-se as generalizações e sínteses que, apenas elas, dão ao trabalho do historiador sua dimensão científica (RÉMOND, 1996, p. 16-17).

A narrativa linear, com base nos fatos positivos de ruptura dos “heróis” conferem uma aura de predestinação, consubstanciada na relação de causa e efeito, que restringe a audiência a manifestação de argumentos contraditórios. Nesse aspecto, a campanha da Tríplice Aliança (1864-1870) recebeu um especial destaque por ser a gênese de quase todos os patronos até 1962²⁶. Na estruturação do livro de História Militar (1979), a divisão dos assuntos assemelha-se ao conteúdo dos manuais técnico-militares, onde os fatos históricos são analisados conforme os fundamentos da arte da guerra: organização, equipamento, instrução, forças morais e emprego. Tais fundamentos pertencem segundo a doutrina militar terrestre (BRASIL, 1979).

O conceito de doutrina aponta para o conjunto de ensinamentos que se baseia num sistema de crenças. São os princípios que existem acerca de uma determinada questão, geralmente com o propósito da universalização. A noção de doutrina também está relacionada com o corpo de um dogma, formado por enunciados certos e irrefutáveis. No caso da doutrina militar, é o conjunto de técnicas, estratégias, táticas e práticas que constitui um confronto armado em que são propostos os passos para vencer uma guerra.

Quando se fala em Doutrina Militar, Pedrosa (2011) faz referência ao conjunto de conhecimentos e práticas formalizadas em “manuais” doutrinários, englobando: a estruturação e o preparo das forças; seu armamento e equipamento; e as regras para empregá-las em combate. Nesse escopo, Azevedo (1998) elaborou um roteiro para o “estudo analítico de campanha” em três capítulos, conforme o quadro a seguir:

26 Os patronos da Arma de Comunicações e do Quadro de Material Bélico foram relacionados a contextos específicos, sendo o primeiro, Rondon, por sua contribuição para as comunicações no interior do Brasil (BRASIL, 1962,1963); e Napion, por ser responsável, entre outras realizações de destaque, pela direção da Academia Real Militar (1811), embrião da Academia Militar das Agulhas Negras (BRASIL, 1966).

Quadro 2 – Estudo analítico das campanhas

Capítulo I Os elementos do drama	Capítulo II O drama	Capítulo III Ensinamentos da campanha
<ul style="list-style-type: none"> • O quadro. Situação geral; • As causas; • O teatro de operações; e • Os atores (as forças presentes e os chefes). 	<ul style="list-style-type: none"> • Golpe de vista do conjunto; • Desenvolvimento das operações; • Conclusão. A paz. Os objetivos alcançados. 	<p>Anexo: estudo minucioso de algum episódio interessante da campanha; Esta será a maneira mais didática de ser estudada uma campanha; É possível que nem sempre se faça o estudo de todas as campanhas tomando por modelo o que se expôs, mas nem por isso deixaremos de preconizar esta seriação como necessária e fundamental.</p>

Fonte: Adaptado de Azevedo (1998, p. 36-37, grifo nosso).

Nesse aspecto, os livros de história militar das décadas de 1980 e 1990 praticamente não apresentam discussão historiográfica, indicando que os assuntos abordados de forma direta e sintética estão terminados sob o ponto de vista histórico-militar. A temática se confunde entre quando termina a história e quando começa a doutrina, dentro do contexto da história-batalha (KEEGAN, 2006b). Ao fazer a apresentação de outra obra de John Keegan (2006a), o coronel Luiz Carlos Carneiro de Paula, membro pertencente ao conselho editorial da Biblioteca do Exército (BiBliEx) admite a necessidade de uma análise mais ampla sobre a história militar:

A divisão do estudo (de Keegan sobre a Segunda Guerra Mundial) em Controvérsias, Histórias, Biografias, Campanhas, Inteligência e Economia de Guerra, e, finalmente, Ocupação e Resistência constitui um bom roteiro para o estudioso de História Militar e serve o quanto é trabalhoso o ofício do historiador, em particular daquele que tem a guerra como objeto de pesquisa histórica. Tratá-la como uma operação militar apenas talvez seja o mais fácil. Mas encontrar todas as interfaces dela como fenômeno político, econômico e social, particularmente este último, é um desafio. Em boa hora a BiBliEx editora publica este livro. Ele virá a atender a uma necessidade do meio militar e do meio acadêmico na atualização e dinamização do estudo da História Militar entre nós (KEEGAN, 2006a, p. 6).

Segundo Ferreira e Amado (2006, p. 49-51) existe tanto uma história oral política quanto uma história oral antropológica, tendo sido desenvolvidas, sobretudo no pós-Segunda Guerra Mundial (1939-1945). Para que isso fosse possível, jovens da Itália e França passaram a recolher relatos de seus avós com o intuito de criar uma memória nacional – e essa questão dialoga com a nova história militar, sobretudo no panorama da (re) criação de um *ethos* institucional.

Mesmo que o objetivo não seja a formação de historiadores, e sim de militares, o estudo da história militar deveria despertar o gosto pela matéria, atualmente chamada de disciplina. Esse desafio, que pode ser visto como atual, é relatado no prefácio do livro de Apelo general Jonas, ex-cadete do professor Pedro Cordolino Ferreira de Azevedo (1884-1958), no ano de 1945:

Sua abrangência era ampla: o tempo a ela destinado era muito pouco – totalmente insuficiente, mesmo num curso completo [...] a aprendizagem dependia do esforço dos alunos; o ensino, dos professores, que, tanto que instruir, deveriam – até com mais ênfase, atrair o interesse e motivar (AZEVEDO, 1998, p. 5).

O compêndio doutrinário (BRASIL, 1979) recomenda um estudo complementar para aprofundar os conhecimentos, sendo aconselhados a leitura de livros e manuais²⁷ editados pelo Exército Brasileiro (BRASIL, 1979). Tais conteúdos são livros escritos por militares entre 1950 e 1978, onde foram destacados os fatores estritamente militares e preservadas as narrativas factuais, caracterizando a evolução da guerra e da doutrina militar (PEDROSA, 2011). Dessa forma, eis que a noção de *ethos* permite, então, refletir o processo mais geral da adesão dos sujeitos a determinado posicionamento (MAINGUENEAU, 2008).

Everton Santos (2012) afirma que uma instituição reflete, por meio de seus ritos, seus mais profundos valores, o mais íntimo do seu *ethos*, seu espírito e sua essência (SANTOS, 2012, p. 81). Como é próprio do discurso simbólico, o ritual destaca certos aspectos da realidade, dando um *close*²⁸ nas coisas do mundo social, isto é, tornando-as mais nítidas (DAMATTA, 1997, p. 76-77). As necessidades da disciplina nas instituições castrenses revestem-se de importância quando nos atentamos à função weberiana da administração da violência. A educação profissional militar trabalha com armamentos e equipamentos voltados para a arte da guerra, dentro dos princípios constitucionais e conforme a legislação em vigor. Assim, a intensidade tem relação com os dois pressupostos básicos na instituição militar: a hierarquia e a disciplina.

Em consequência, os militares que prosseguem na carreira, devem seguir estritamente o que está previsto nos planejamentos e diretrizes curriculares. Moldam, no seu interior, externar as atitudes desejadas pelos seus superiores. Sob a penalidade de não serem promovidos na escala

27 AZEVEDO, P. C. *História Militar Geral*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1950 (coronel); BENTO, C. M. *Como estudar e pesquisar a História do Exército Brasileiro*. Brasília: EGGCF, 1978 (coronel); BRASIL, Ministério do Exército. Secretaria Geral do Exército. *Marechal Castello Branco – seu pensamento militar*. Rio de Janeiro: Escola de Estado-Maior do Exército, 1968; MAGALHÃES, J. B. *Civilização, Guerra e Chefes Militares*. Rio de Janeiro: BiBliEx, 1959 (coronel); RAPOSO FILHO, A. *A manobra na Guerra-Síntese filosófica*. Rio de Janeiro: BibliEx, 1960 (coronel); e RUAS SANTOS, F. *A arte da guerra*. Resende: AMAN, 1960 (coronel).

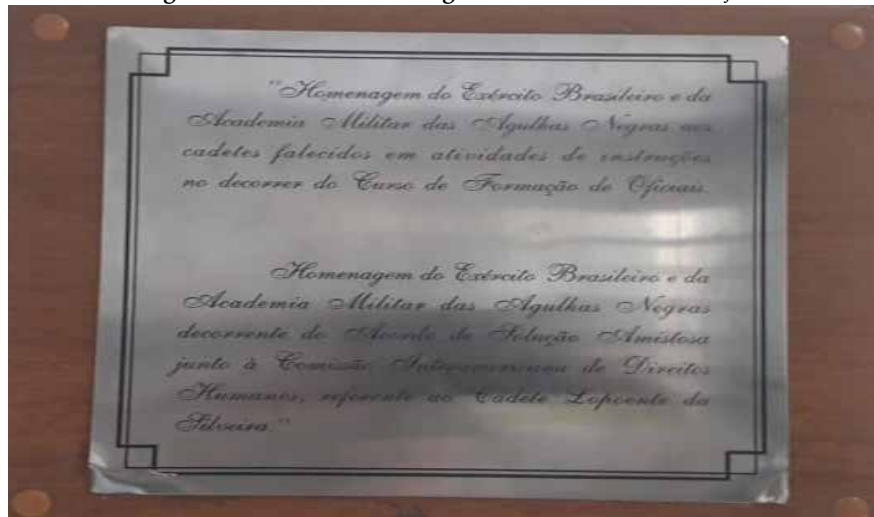
28 Privilegiando os sistemas de valores e as orientações fundamentais, T. Parsons (1966) propôs uma tipologia complexa. Voltamos, pois, à questão formulada por A. Giddens a propósito da pesquisa dos princípios estruturais: “Quais são os níveis de abstração que valem a pena ser distinguidos no estudo das propriedades estruturais dos sistemas sociais?” Para lhe responder, abandonou o lado formal da tarefa para **se pôr à procura “de elementos situados mais perto do conteúdo empírico”**. Definiu assim os princípios estruturais como “princípios de organização das totalidades sociais” (JOHNSON, 1997, p. 429, grifo nosso).

hierárquica, ou até mesmo, serem excluídos, punidos ou sumariamente processados²⁹, sob o ponto de vista disciplinar, acatam ordens, sem maiores contestações ou ponderações. Aliás, o “ponderador”, é visto como um mau exemplo a ser seguido, podendo ser alvo de hostilidades perante os superiores e, até mesmo, entre os próprios companheiros.

Segundo França (2020), houve um caso emblemático envolvendo o falecimento de um cadete em treinamento militar na AMAN, no ano de 1990. O decorrer do processo judicial, que teve as últimas informações em 2018, trouxe a possibilidade de mudanças celebradas em acordo com a família do cadete falecido. Como primeiro aspecto simbólico, ocorreu em 2012 uma solenidade militar acrescentada da inauguração de uma placa em homenagem aos cadetes falecidos em atividade de instrução no decorrer do Curso de Formação de Oficiais.

A placa se encontra nas instalações do Curso Básico (1º ano) da AMAN, próximo ao posto de comando do comandante, passando uma clara mensagem simbólica ao corpo de instrutores em memória a este e outros fatos trágicos envolvendo instruídos ocorridos em treinamento militar. O Curso Básico foi escolhido porque o cadete falecido estava cursando o primeiro ano da Academia e tal fato reativou a prática de homenagear os alunos que morreram em instrução.

Imagem 1 – Placa em homenagem aos mortos em instrução³⁰



Fonte: AMAN, 2019.

29 Processo de apuração da transgressão disciplinar que sofreu alterações com a entrada do regime democrático. Até o início dos anos 2000, a averiguação era realizada de forma sumária, resumida, e sem a possibilidade do contraditório e da ampla defesa, dados capitais do artigo V da Constituição Federal de 1988. O militar sob indagação era submetido, apenas, a um rito de apuração chamado de “**a hora do pato**”. Cabe, nesse ponto, fazer um parêntese: o nome veio em alusão a um programa dominical de calouros com uma hora de duração que fez muito sucesso na Rádio Nacional a partir de 1943, época da Segunda Guerra Mundial. Estrelado por Héber de Bôscoli, depois substituído por outros apresentadores, como Paulo Gracindo, Aurélio Andrade e Jorge Curi, o programa consistiu em avaliar o desempenho dos postulantes a cantor profissional, oferecendo-lhes a oportunidade de mostrar o talento “ao vivo”. Quando o resultado não era satisfatório, o locutor “soava o gongo” com o som de grasnar de patos – entoados pelo radialista e dublador Cahuê Filho – para afastar o candidato do microfone quando este desafinava ou cometia outra falha. O postulante falho ainda era vaiado pelo auditório, caracterizando a punição por sua baixa *performance* (IRDEB, 2019; RÁDIO NACIONAL, c2009). Após a reedição do Regulamento Disciplinar do Exército (BRASIL, 2002a), dispositivos constitucionais foram inseridos no processo, possibilitando ao investigado, colocar, por escrito, informações que ficam registradas nos arquivos das subunidades (companhias) sob as quais o militar está designado.

30 “Homenagem do Exército Brasileiro e da Academia Militar das Agulhas Negras aos cadetes falecidos em atividades de instruções no decorrer do Curso de Formação de Oficiais”. “Homenagem do Exército Brasileiro e da Academia Militar das Agulhas Negras decorrente do Acordo de Solução Amistosa junto à Comissão Interamericana de Direitos Humanos, referente ao Cadete Lapoente da Silveira.”

Após a inauguração (2012), o rito de celebração e homenagem aos mortos passou a ser repetido onde existem óbitos de cadetes. Piovezan (2014) chama a atenção para a grande quantidade de placas comemorativas em homenagem aos mortos, embora não seja em guerras, percebendo a utilização política nos momentos fúnebres:

Um aspecto interessante na maneira como a morte é lembrada nesses momentos, é o discurso utilizado para transmitir essa informação [...]. Tal expressão remete a uma maior dramaticidade ao evento (guerra) que já é trágico, mas que utiliza a ideia de voluntarismo do indivíduo que foi morto pela França. Pode-se comparar estas placas que se referem aos monumentos fúnebres franceses com a ideia de que os soldados morreram por uma causa, seja qual, pela pátria francesa (PIOVEZAN, 2014, p. 217-218).

No entanto, o exercício de memória, no caso dos acidentes em serviço, foi tratado sob outro viés. A história não é apenas uma narrativa da memória, mas também do esquecimento (RICOEUR, 1990). Fruto do andamento de outros processos³¹ internacionais envolvendo a morte e o desaparecimento forçado de guerrilheiros da campanha do Araguaia, foi adicionado ao currículo da AMAN, em acordo com a Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) de uma disciplina voltada especificamente para essa finalidade. As tratativas ocorreram entre o Ministério das Relações Exteriores e o Ministério da Defesa (BRASIL, 2011a).

Outro fator que se somou à demanda pela criação da nova disciplina foi o compromisso firmado através da Estratégia Nacional de Defesa (END) (BRASIL, 2008a). A Portaria Normativa nº 916/MD (BRASIL, 2008b) estabeleceu a diretriz para a difusão do conceito de Direito Internacional de Conflitos Armados (DICA) nas Forças Armadas, que representa um conjunto de normas internacionais de origem convencional ou consuetudinária, destinado a ser aplicados em conflitos armados e que, por razões humanitárias, limita o direito das partes em conflito [...], em como visa a proteger as pessoas e os bens afetados pelos referidos conflitos (BRASIL, 2008b, p. 1).

3 Resultados

O resultado foi a estruturação de um curso focado em direitos humanos de 20 (vinte) horas-aula, obrigatório para as escolas militares, com o propósito de instruir os militares que podem participar de operações de paz da ONU e as ações de garantia da lei e da ordem (GLO) (BRASIL, 2011c), pautando o conteúdo com “os valores éticos e morais relacionados à prática dos direitos humanos (BRASIL, 2011c). O tema mobilizou a Diretoria de Educação Superior Militar (DESMil), envolvendo as escolas de formação, aperfeiçoamento e de estado-maior para

31 No contexto histórico da justiça de transição das práticas consideradas ditatoriais para a democracia, foi realizado um conjunto de medidas normativas, inspiradas nas reivindicações das vítimas dos regimes de exceção indispensáveis à consecução do restabelecimento de mecanismos de integração social. Tais medidas normativas abarcam um conteúdo indicativo em quatro itens de como agir do melhor modo sob uma perspectiva moral. Primeiro, o acesso à verdade; segundo, a busca por justiça no sentido da responsabilização civil, administrativa e criminal dos agentes do Estado que cometeram crimes de lesa humanidade; terceiro, a reparação das vítimas; e, por último, a necessidade de reformas institucionais que garantam a retomada do processo democrático (BAGGIO, 2014, p. 96-97).

a elaboração de um quadro sintético para viabilizar a disciplina denominada “Ética Profissional Militar” (EPM) (BRASIL, 2012). Porém, a implantação da EPM foi concluída no ano de 2015, três anos após o início do diálogo interinstitucional. A ementa mínima da primeira parte, com sete tempos de aula, envolveu os seguintes temas em direitos humanos:

Listagem de atos internacionais de prática diplomática brasileira; Declaração universal dos Direitos do Homem; Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Pacto de São José); Convenção sobre a Proteção dos Direitos do Homem e liberdades fundamentais; Convenção relativa ao Estatuto dos Refugiados; Protocolo sobre o Estatuto dos Refugiados; Convenção Internacional sobre a eliminação de todas as formas de discriminação racial; Convenção contra a tortura e outros tratamentos e penas cruéis, desumanos ou degradantes; Convenção Interamericana para prevenir e punir a tortura; Convenção Interamericana sobre o desaparecimento forçado de pessoas; Convenção internacional para a proteção de todas as pessoas contra o desaparecimento forçado; Pacto internacional sobre direitos civis e políticos; Declaração dos direitos da criança; Convenção sobre a eliminação de todas as formas de discriminação contra as mulheres; Sentença exarada pela Corte Interamericana de Direitos Humanos em 24 de novembro de 2010, no julgamento do caso histórico do Araguaia; Jurisprudência da Corte Interamericana; e a apresentação de atividades realizadas pelas Forças em Missões de Paz (BRASIL, 2011c, p. 3).

Portanto, o conjunto das ações voltadas para a memória simbólica, associadas a prática estabelecida nos currículos representou um passo importante para a integração proposta pela Lei de Ensino do Exército (BRASIL, 1999).

Art. 3º O Sistema de Ensino do Exército fundamenta-se, basicamente, nos seguintes princípios:

I – integração à educação nacional;

[...]

VI – aperfeiçoamento constante dos **padrões éticos**, morais, culturais e de eficiência. (BRASIL, 1999, n.p., grifo do autor).

De acordo com os resultados obtidos, o impacto dessas medidas se fez sentir, antes mesmo da implantação efetiva da disciplina Ética Profissional Militar, em 2015. Em entrevista com oficiais que eram cadetes à época das tratativas, verificou-se a mudança de terminologias consideradas tradicionais, tidas como “socialmente aceitas” no interior da AMAN. A primeira substituição foi a designação do cadete do primeiro ano: o “bicho”, considerado termo pejorativo associado a animal irracional ou ao instrumento discursivo legitimador para

a aplicação de trotes pelos cadetes dos outros anos, foi gradualmente substituído a partir de 2008 pelos termos “*basicante*” ou “primeiro ano”. Importante destacar que houve uma gradual campanha de conscientização de não tratar o subordinado com vocábulos humilhantes ou indutores de discriminação racial, conforme relato de um oficial³² formado pela Academia:

Um exemplo disso está no tratamento do “bicho” e do “negão”, né (sic); o pessoal chamava os cadetes negros de “negão” [...] Ah, “negão”, vem para cá! [...] E aí, tanto que mudou o nome do alvo da Seção de Tiro (para exercícios de fuzil e pistola), né? Hoje não é mais: ah! dei tantos tiros no “negão”. Hoje o nome do alvo é “A2” (alfa dois), que é o alvo negro maior (para disparos de pistola calibre 9 milímetros) (C3, 2019).

Quando são analisados os princípios da END e o arcabouço jurídico que ampara a estruturação curricular, percebe-se a coincidência entre as medidas tomadas no nível político alinhadas à gradual ação no nível tático dentro das escolas militares. A modificação foi amparada com signos já existentes e consagrados no meio castrense. Apesar de não ter encontrado nenhum documento que proíba o uso de tais palavras, as orientações verbais dos instrutores a partir de 2008 ligavam a mudança à ideia-força de “tratar com bondade os subordinados” e “tratar com afeição os irmãos de armas”, contidas no juramento à bandeira nacional, compromisso firmado em solenidade por todos os militares associados ao respeito mútuo entre pessoas.

Como afirma Alberti (2013), em termos metodológicos, é necessário entender esses relatos como uma contribuição à história oral política, antes desvalorizada academicamente, mas que fornecem à instituição uma compreensão mais ampla da ação humana e de suas relações com a sociedade. Outra ideia utilizada para forçar a mudança foi vincular os termos pejorativos à prática do *Bullying*³³, conceito ora difundido no meio escolar nos ensinos Fundamental (1º ao 9º ano) e Médio (1º ao 3º) anos. Assim, estabeleceu-se uma relação de continuidade nos cadetes que estavam ingressando no sistema de ensino militar. Em paralelo, os oficiais instrutores foram orientados verbalmente pelo Corpo de Cadetes na adoção ao novo tratamento. Um oficial, que fora cadete representante do Comando da AMAN, descreveu a experiência relativa ao tema nas conversas diretas com o general:

32 Os nomes foram trocados para preservar a identidade dos entrevistados, que assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

33 A palavra *bullying* é compreendida universalmente como um conjunto de comportamentos agressivos, repetitivos e intencionais sem motivo aparente, adotado por um ou mais alunos contra outro (a) causando angústia, dor ou sofrimento. O *bullying* foi pesquisado inicialmente por Dan Olweus na Noruega a partir de 1978, em que foram verificados casos de agressões físicas e psicológicas sistemáticas cometidas por alunos geralmente mais velhos dentro do regime escolar. Os casos de suicídio entre os jovens motivaram a edição de leis por todo o mundo visando eliminar a prática. No Brasil, as pesquisas intensificaram a partir do ano 2000, 40,5% dos estudantes admitiram que estiveram diretamente envolvidos em atos de *bullying* em 2002, sendo que 16,9% se identificaram como alvos, 12,7% como autores e 10,9% autores e alvos (ABRAPIA, 2002).

O general mostrava sempre demonstrava uma preocupação de ouvir o cadete... de conversa [...] é [...] ele queria demonstrar, né? Não sei se tinha um fundo de verdade... mas sei que tinha, porque fui ajudante de ordens dele, eu vi que ele falava com o pessoal, pedia opinião, às vezes eu dava opinião de alguma coisa, nesse sentido de melhorar a vida do cadete... pra vida do cadete ser menos “moral baixa”. Quando o general foi comandante do Corpo de Cadetes [...] para ele, o cadete tinha que ter muita abnegação ... ninguém motivava ele [...] era só reforço negativo (punição), né. Aí, quando ele tentou mudar isso aí, ele tentou colocar isso (tratamento humano) em prática. E mais motivação, e... falar os atributos e valores nas formaturas do Corpo de Cadetes, né, ser bastante eloquente, tentar motivar os cadetes em forma (D4, 2020).

O *benchmark* exercido permitiu identificar oportunidades de melhoria durante o processo de adaptação, corrigindo as atitudes verificadas como anacrônicas ao processo, como, por exemplo, o tratamento humanizado entre os pares e subordinados. Um oficial formado há pouco tempo comentou a diferença da comunicação entre os oficiais mais antigos (coronéis e tenente-coronéis) e os oficiais mais modernos (formados após o ano 2000):

Geralmente eu ouvia o termo “bicho” dos coronéis, dos tenente-coronéis, sabe? Nesses termos, porque é o pessoal mais antigo que fala mesmo... pessoal agora, os oficiais, eu nunca ouvi falar ninguém falar isso... oficiais muito antigos, tipo chamar “Ah bicho!”[...] ninguém chama mais assim não [...] só “*basicante*” ou “primeiro ano” [...] na verdade é “primeiro ano” o chamamento deles (instrutores mais novos) (D1, 2019).

Desse modo, os corpos dos alunos, no processo de formação, são guiados, no seu plano consciente e inconsciente – e isso pode conferir profundos impactos no restante da carreira. Portanto, o *ethos* institucional revela costumes, modalidades de participação, práticas sociais e privadas, que compõem a vida militar. A internalização configura uma espécie de “determinação sistemática” que tem lugar através de mecanismos de seleção nos quais, de um lado, aparecem significados gerais em contextos gerais, no plano individual e, de outro, generalizações das variações de pensamentos que se estabelecem no social (ROSSI; ROSSI, 2012). Esse retrato propiciado pela análise da história oral castrense revela o estérno dos militares, e está também imbuído de um perfil particular que se autojustifica. O *ethos*, portanto, presta-se ao respeito pelo poder estabelecido (SCRUTON, 2015).

4 Considerações finais

Os impactos gerados a partir da adoção de práticas voltadas às atividades de não-guerra e à promoção dos direitos humanos evidenciaram o diálogo interinstitucional para alterar o currículo escolar da AMAN. O entendimento de que a formação do oficial também envolve o preparo para as ações além da guerra entre estados nacionais contribuiu para a legitimação gradual do discurso de que os militares são preparados para a guerra e também para ações estatais de cunho estratégico.

As mudanças ocorreram à medida que o governo federal demandou cada vez mais ações subsidiárias ao Exército Brasileiro, sendo mais presentes na primeira metade dos anos 1990 e na primeira metade da década de 2010, momentos em que o Brasil estava sediando eventos de proporção mundial, como o encontro da ECO-1992, a sede da Copa das Confederações e da Copa do Mundo de futebol (2013-2014), e das Olimpíadas e Paraolimpíadas do Rio de Janeiro (2016).

Em paralelo, a sistemática de preparo do combatente terrestre estava sofrendo uma transformação. Em face da preparação focada nas três vertentes (cognitiva, psicomotora e atitudinal), não bastava somente ao cadete ter a rusticidade, ou seja, a resistência física diante das adversidades impostas pelo currículo profissional. Era necessário agora permear ao jovem oficial a ser formado a preparação para atuar em ambientes complexos, onde a sinergia com os civis foi, é, e sempre será fundamental para o sucesso das operações. Não que isso não tenha ocorrido em momentos anteriores, como na Segunda Guerra Mundial, contudo, as demandas políticas e sociais nas operações militares aumentaram consideravelmente a partir da redemocratização no Brasil.

Ademais, foram evidenciadas no processo de socialização militar a partir dos anos 1990 algumas tensões entre a ruptura das estratégias de ensino e a continuidade das tradições solidificadas ao longo do tempo, adicionadas ao efeito desejável ao jovem oficial ocorrida no processo e no emprego tático após a formação. Foi observado, também, o discurso de integração civil militar proposta pela Lei de Ensino do Exército, em que a promoção institucional dos direitos humanos ajudou a moldar o perfil desejado do novo cadete, atento às diferenças entre os oficiais mais antigos e os instrutores mais modernos.

Por fim, detalhes do cotidiano, que antes eram vistos como gestos de intimidade e de descontração pelos coronéis e tenente-coronéis, passaram a receber novos contornos para os maiores, capitães e tenentes. A perspectiva contemporânea de integração civil militar na formação do oficial da Linha de Ensino Militar bélico colaborou para o exercício coletivo do esquecimento gradual, com ordens discretas e poucos documentos escritos. Assim, o apoio de metodologias como a história oral, os fatos vivenciados por milhares de instruendos ao longo de três décadas nos ajuda a identificar motivações da gradativa transformação materializada na estrutura curricular e na educação castrense.

Agradecimentos

Trabalho realizado sob a orientação do Professor Dr. Fernando da Silva Rodrigues (UNIVERSO) e do Professor Dr. Martin Aurell (*Université de Poitiers*).

Referências

- ABRAPIA . **Maus-tratos contra crianças e adolescentes**: proteção e prevenção: guia de orientação para profissionais de saúde. 2. ed. Petrópolis, RJ: Autores & Agentes & Associados, Abrapia, 2002.
- ALBERTI, V. **Manual da história oral**. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013.
- ALVES, V. C; CAMPOS, M. T. A Guerra das Falklands/Malvinas e o Exército brasileiro. **Tensões Mundiais**, Fortaleza, v. 8, n. 14, p. 257-278, 2012. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/tensoesmundiais/article/view/568>. Acesso em: 16 jan. 2019.
- AMAN. **Placa em homenagem aos mortos em instrução**. Resende RJ: AMAN, 2019.
- ASH, T. G. **History of the present**: essays, sketches, and dispatches from Europe in the 1990's. New York: Vintage Books, 1999.
- AZEVEDO, P. C. **História militar**. Rio de Janeiro: BiBliEx, 1998.
- BAGGIO, R. C. Tensionamentos sociais e justiça de transição: contribuições ao constitucionalismo latino-americano. *In*: TOSI, G ; FERREIRA, L. F. G; TORELLY, M. D; e ABRÃO, P. (org.). **Justiça de transição**: direito à justiça, à memória e à verdade. João Pessoa: Editora UFPB, 2014. p. 87-118.
- BARROS, J. D. **O campo da história**: especialidades e abordagens. 9. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.
- BRASIL. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. **Decreto nº 51.429, de 13 de março de 1962**. Institui e homologa a escola de Patronos do Exército, das Armas, dos Serviços e do Magistério Militar. Brasília, DF: *Câmara dos Deputado*, 1962. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-51429-13-marco-1962-391353-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 30 jan. 2020.
- BRASIL. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. **Decreto nº 51.960-A de 26 de abril de 1963**. Autoriza a Comissão Estadual de Energia Elétrica do Rio Grande do Sul a ampliar suas instalações. Brasília, DF: Câmara dos Deputado, 1963. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-51960-a-26-abril-1963-391761-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 30 jan. 2020.

BRASIL. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. **Decreto nº 59.068, de 12 de agosto de 1966.** Institui como Patrono do Quadro de Material Bélico, o Tenente-General Carlos Antonio Napion. Brasília, DF: Câmara dos Deputado, 1966. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-59068-12-agosto-1966-399656-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 30 jan. 2020.

BRASIL. **Decreto nº 4.346, de 26 de agosto de 2002. Aprova o Regulamento Disciplinar do Exército (R-4) e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 2002a.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/d4346.htm. Acesso em: 22 mar. 2020.

BRASIL. **Decreto nº 6.703, de 18 de dezembro de 2008.** Aprova a Estratégia Nacional de Defesa, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2008a. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/decreto/d6703.htm. Acesso em: 7 jul. 2017.

BRASIL. **Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980.** Dispõe sobre o Estatuto dos Militares. Brasília, DF: Presidência da República, 1980. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6880.htm. Acesso em: 20 ago. 2021.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 18 jan. 2020.

BRASIL. **Lei nº 9.786, de 8 de fevereiro de 1999.** Dispõe sobre o ensino no Exército Brasileiro e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1999. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9786.htm. Acesso em: 26 ago. 2021.

BRASIL. Ministério da Defesa. Exército Brasileiro. Academia Militar das Agulhas Negras. **História da doutrina militar: da antiguidade a II Guerra Mundial. Resende: AMAN, 1979.**

BRASIL. Ministério da Defesa. Exército Brasileiro. Academia Militar das Agulhas Negras. **Currículo da Academia Militar das Agulhas Negras. Resende: AMAN, 2016.**

BRASIL. Ministério da Defesa. Exército Brasileiro. As escolas militares e os valores de profissão militar. **Revista Verde-Oliva**, Brasília, DF, n. 209 esp., jan./mar. 2011a.

BRASIL. Ministério da Defesa. Exército Brasileiro. Diretoria de Educação Superior Militar. **Ofício nº 017 - Seç Ens.1 - Circular. Rio de Janeiro: DESMil, 23 jan. 2012.**

BRASIL. Ministério da Defesa. Exército Brasileiro. **Portaria nº 1.357, de 6 de novembro de 2014**. Separata de: BOLETIM DO EXÉRCITO. Brasília, DF: Gabinete do Comandante do Exército, n. 49, 2014. Disponível em: http://www.sgex.eb.mil.br/sistemas/boletim_do_exercito/copiar.php?codarquivo=228&act=sep. Acesso em: 18 maio 2022.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Portaria normativa nº 916/MD, de 13 de junho de 2008**. Brasília, DF: Ministério da Defesa, 2008b. Disponível em: https://www.gov.br/defesa/pt-br/arquivos/File/legislacao/emcfa/publicacoes/porta_norma_n0a_916a_2008a_dica.pdf. Acesso em: 12 jul. 2022.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Regulamento interno dos serviços gerais**. Separata de: BOLETIM DO EXÉRCITO. Brasília, DF: Ministério da Defesa, n. 51, dez. 2003. Disponível em: <https://bdex.eb.mil.br/jspui/handle/123456789/164>. Acesso em: 22 mar. 2020.

BRASIL. Ministério da Defesa. Secretaria de Ensino, Saúde e Desporto. **Ofício nº13854/SEPED/DEPEC/DIENS – MD**. Brasília: Ministério da Defesa, 14 dez. 2011b.

BRASIL. Ministério da Defesa. Secretaria de Ensino, Saúde e Desporto. **Programa e/ou curso de “Ética Profissional Militar”**. Brasília, DF: Ministério da Defesa, 14 dez. 2011c.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Vade-mécum de cerimonial militar do Exército valores, deveres e ética militares (VM 10)**. Brasília, DF: Exército, 2002b. Disponível em: <http://www.eb.mil.br/documents/10138/6563889/Vade+M%C3%A9cum+Valores.pdf/f62fb2bb-b412-46fd-bda0-da5ad511c3f0>. Acesso em: 7 fev. 2019.

BRASIL. **Ministério do Exército. Estado-Maior do Exército. Relatório de situação geral da FT -90 no Triênio 86/87/88 (Confidencial)**. Brasília, DF: Ministério do Exército, 1984a.

BRASIL. **Ministério do Exército. Portaria nº 26, de 6 de setembro de 1995**. Rio de Janeiro: Departamento de Ensino e Pesquisa, 1995.

BRASIL. **Ministério do Exército. Sistema de planejamento do Exército**. Brasília: Ministério do Exército, 1984b.

BRASIL. **Ministério das Relações Exteriores. Ofício nº 150/DDH/SHUM CIDH BRAS**. Brasília: Ministério das Relações Exteriores, 16 nov. 2011d.

CARDOSO, C. F.; VAINFAS, R. **Novos domínios da história**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

CASTRO, C. **O espírito militar**: um estudo de antropologia social na Academia Militar das Agulhas Negras. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1990.

CASTRO, C. **O espírito militar**: um antropólogo na caserna. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004.

CASTRO, C. **A invenção do exército brasileiro. Petrópolis: Zahar, 2002.**

CASTRO, C.; ISECKSOHN, V.; KRAAY, H. (org.). **Nova história militar brasileira**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

CASTRO, C. Goffman e os militares: sobre o conceito de instituição total. **Revistas UFRJ, Rio de Janeiro, n. 1, 2007**. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/mp/article/download/33764/18928>. Acesso em: 18 ago. 2021.

CERVO, A. L.; BUENO, C. **História da política exterior do Brasil**. Brasília, DF: Editora UnB, 2002.

DAMATTA, R. **Carnavais, malandros e heróis**: para uma sociologia do dilema brasileiro. 6. ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

FARIAS, M. A. de. **Ideário do educador de cadetes**. Resende: AMAN, 2000.

FERREIRA, M. de M.; AMADO, J. **Usos & abusos da história oral**. 8. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

FRANÇA, F. G. O caso Márcio Lapoente e a questão dos direitos humanos nas casernas militares. **Confluências**, Niterói, v. 22, n. 1, p. 71-88, abr./jul. 2020. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/confluencias/article/view/40627/23582>. Acesso em: 20 abr. 2020.

GOFFMAN, E. As características de instituições totais. *In*: ETZIONI, A. (org.). **Organizações complexas**. São Paulo: Atlas, 1971.

IRDEB. **A memória do rádio: a hora do pato**. Salvador: Instituto de Radiodifusão Educativa da Bahia, 2019. Disponível em: <http://www.irdeb.ba.gov.br/educadora/catalogo/media/view/232#1>. Acesso em: 30 jan. 2020.

JOHNSON, A. G. **Dicionário de sociologia: guia prático da linguagem sociológica**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar editor, 1997. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/praxis/482/5023019-DICIONARIO-DE-SOCIOLOGIA.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 12 jan. 2020.

KEEGAN, J. **A batalha e a história: revivendo a Segunda Guerra Mundial**. Rio de Janeiro: BiBliEx, 2006a.

KEEGAN, J. **Uma história da guerra**. São Paulo: Companhia de bolso, 2006b.

KUHLMANN, P. R. L. **Exército brasileiro: estrutura militar e ordenamento político 1984-2007**. 2007. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Faculdade de filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007. Disponível em: http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8131/tde-04032008-114202/publico/TESE_PAULO_R_LOYOLLA_KUHLMANN.pdf. Acesso em: 10 jan. 2019.

MAGALHÃES, S. M. da C. O processo de modernização de ensino (PME) do Exército brasileiro (1995-2001): investigando o *ethos* e a ação política dos especialistas de ensino. *In*: ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH-RIO, 14, 2010, Rio de Janeiro. **Anais [...]**. Rio de Janeiro: Unirio, 2010. Disponível em: http://www.encontro2010.rj.anpuh.org/resources/anais/8/1276564883_ARQUIVO_ArtigodoPos-docparaANPUHR.pdf. Acesso em: 12 jul. 2022.

MAINGUENEAU, D. **Gênese dos discursos**. Tradução de Sírio Possenti. Curitiba: Criar, 2008.

MARTINS FILHO, J. R. **As Forças Armadas brasileiras no pós-guerra fria: o que mudou no pensamento militar?** Ciclo de Palestras do Núcleo de Estudos Estratégicos do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da UFF, Niterói, RJ, 2007.

MIRANDA, D. de. **O processo de socialização militar: um estudo com cadetes e instrutores da Academia Militar das Agulhas Negras no século XXI**. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/46198/46198.PDF>. Acesso em: 12 maio 2022.

NOTICIÁRIO do Exército. Brasília, DF: **Centro de Comunicação Social do Exército**; Ministério do Exército, n. 6722, 15 mar. 1985.

OLIVEIRA, E. R. de. **Democracia e defesa nacional: a criação do ministério da defesa na presidência de FHC**. Barueri, SP: Manole, 2004.

PALMA ROSINHA, A.; ANDRADE JÚNIOR, H. Adaptação ao ensino superior militar: preditores do sucesso acadêmico. **Innovar, Bogotá, v. 30, n. 76**, p. 131-142, abr./ jun. 2020. DOI 10.15446/innovar.v30n76.85218. Disponível em: <https://doi.org/10.15446/innovar.v30n76.85218>. Acesso em: 11 maio 2022.

PANIZZUTTI, N. P. **Dia do cadete**. Resende, RJ: AMAN, 1998.

PEDROSA, F. V. G. A história militar tradicional e a nova história militar. *In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA*, 26, 2011, São Paulo. **Anais [...]**. São Paulo: Anpuh, 2011. p. 1-16. Disponível em: http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300540601_ARQUIVO_Artigo-HistMilTradeNovaHist-Envio.pdf. Acesso em: 12 jul. 2022.

PEDROSA, F. V. G. **Modernização e reestruturação do Exército Brasileiro (1960-1980)**. Tese (Doutorado em História). Rio de Janeiro: UFRJ, 2018.

PEREIRA, F. S. História militar: perspectivas sobre a forma de se escrever a história. **Revista da Academia de História Militar Terrestre do Brasil, Resende, RJ, v. 1, n. 2, p. 55-79, 2021**. Disponível em: <https://revistamilitarterrestre.com.br/wp-content/uploads/2021/07/Revista-n2.pdf>. Acesso em: 12 maio 2022.

PEREIRA, F. S. **O ambiente interagências nas operações de pacificação do Complexo da Maré. 2016**. Dissertação (Mestrado em Administração) – Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2016. Disponível em: https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/16727/DM_FABIO_22_julho_entrega_final.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 12 jul. 2022.

PIOVEZAN, A. **Morrer na guerra: instituições, ritos e devoções no Brasil (1944 – 1967)**. 2014. Tese. (Doutorado em História) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2014. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/36370>. Acesso em: 12 mar. 2020.

PÔRTO JÚNIOR, G. (org). **História do tempo presente**. Bauru: Edusc, 2007.

RÁDIO Nacional. *In: FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS*. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. Dicionários. **Verbetes temáticos**. Rio de Janeiro: CPDOC, c2009. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/radio-nacional>. Acesso em: 30 jan. 2020.

RÉMOND, R. (org.). **Por uma história política**. Rio de Janeiro: UFRJ/FGV, 1996.

RICOEUR, P. **Soi-même comme un autre**. [S. l.]: Le Seuil, 1990.

ROSSI, T. M. F.; ROSSI, C. F. de F. O conceito de internalização em Vygotsky: algumas aproximações teóricas desde a semiótica peirceana. *In: COLÓQUIO INTERNACIONAL*, 7. 2012, São Cristóvão. **Anais [...]** São Cristóvão: UFS, 2012. p. 1-16. Disponível em: http://educonse.com.br/2012/eixo_12/PDF/50.pdf. Acesso em: 23 ago. 2019.

SANTOS, E. A. dos. **O carisma do comandante: um estudo das relações pessoais dos militares do Exército Brasileiro sob o enfoque do poder simbólico, dos corpos dóceis e das instituições totais 2012**. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/colecao.php?strSecao=resultado&nrSeq=20508@1>. Acesso em: 9 jul. 2022.

SCRUTON, R. **O que é conservadorismo**. Tradução de Guilherme Ferreira Araújo. São Paulo: É Realizações, 2015.

SILVA, C. A. P. **Guerra de nova geração: Brasil e a paz relativa na guerra política permanente**. Defesanet, Brasília, DF, 22 de agosto de 2019. Disponível em: <http://www.defesanet.com.br/ghbr/noticia/33970/Gen-Ex-Pinto-Silva---Guerra-de-nova-Generacao--BRASIL-e-a-Paz-Relativa-na-Guerra-Politica-Permanente/>. Acesso em: 30 out. 2019.

SOUZA, A. B. **Família de militares: o caso dos Lima e Silva**. In: CASTRO, C. (org.). *A família militar no Brasil: transformações e permanências*. Rio de Janeiro: FGV, 2018.

SOUZA, J. **A tolice da inteligência brasileira: ou como o país se deixa manipular pela elite**. São Paulo: Leya, 2015.

SOUZA, N. M. **Vida de cadete**. Resende: [s. n.], 2013. Apresentação de slides. Disponível em: <https://pt.slideshare.net/tummm72/vidadecadete>. Acesso em: 12 maio 2022.

VELLOSO, F. **Breve relato sobre as obras de ampliação da AMAN**. In: PORTAL ATUDUCAX. Resende: AMAN, [2010]. Disponível em: http://www.aman62.com/a_aman_breve_obras.html. Acesso em: 19 fev. 2019.

VIEIRA, G. **Uma grande evolução**. *Revista do Exército Brasileiro*, [s. l.], v. 136, p. 5-6, 1999.

ZATTA, R; VANNINI, I. A. **1965-2015 – Comemoração do cinquentenário da morte do Tenente Camargo: um cerimonial militar fúnebre contemporâneo no Exército**. In: RODRIGUES, F. S; ARIASNETO, J. M. (org.). *História militar: entre o debate local e o nacional*. Jundiaí: Paco Editorial, 2018. (Série estudos reunidos, v. 51).

